

Alerta Legislação, nº 1, de 01 a 10 janeiro de 2015

Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 665, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera a [Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990](#), que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, altera a [Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003](#), que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências.

RETIFICAÇÃO – MP 664/2014

Na republicação parcial da [Medida Provisória nº 664, de 30 de dezembro de 2014](#), no DOU de 31 de dezembro de 2014, Seção 1, Edição Extra, onde se lê: "Art. 2º A Lei nº 10.876, de 2 junho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações...", leia-se: "Art. 3º A [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), passa a vigorar com as seguintes alterações..."

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 664, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014 (*)

Altera as Leis [nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), [nº 10.876, de 2 junho de 2004](#), [nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), e a [Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003](#). [*Pensão por morte, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.*]

(*) Republicação parcial do art. 1º e do art. 2º, por terem saído com incorreção do original no DOU - Edição Extra de 30-12-2014, Seção 1.

LEI Nº 13.081, DE 2 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis nºs [9.074, de 7 de julho de 1995](#), [9.984, de 17 de julho de 2000](#), [10.233, de 5 de junho de 2001](#), e [12.712, de 30 de agosto de 2012](#); e dá outras providências.

LEI Nº 13.080, DE 2 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências.

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 61.035, DE 1º DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre as alterações de denominação, transferências e extinções que especifica e dá providências correlatas

DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 545, DE 7-1-2015

Dispõe sobre a autorização da implantação da **tarifa de contingência pela Sabesp**, visando à redução do consumo de água em face da situação de grave escassez de recursos hídricos

■ **PORTARIA DETRAN-SP 021, DE 6-1-2015**

Dispõe sobre os serviços de emplacamento, lacração e relacração.

Prefeitura da Cidade de São Paulo

■ **DECRETO Nº 55.827, DE 6 DE JANEIRO DE 2015**

Regulamenta a [Lei nº 15.374, de 18 de maio de 2011](#), que dispõe sobre a proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas a consumidores em todos os estabelecimentos comerciais do Município de São Paulo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
08/01/2015	<u>DECRETO Nº 8.389, DE 7 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da Lei Orçamentária de 2015.
05/01/2015	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 2 DE JANEIRO DE 2015</u> Abre crédito extraordinário, em favor dos órgãos e empresas estatais, constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, no valor de R\$ 74.014.218.398,00, para os fins que especifica. <u>LEI Nº 13.081, DE 2 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995 , 9.984, de 17 de julho de 2000 , 10.233, de 5 de junho de 2001 , e 12.712, de 30 de agosto de 2012 ; e dá outras providências.
02/01/2015 (Ed. extra)	<u>LEI Nº 13.080, DE 2 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências. <u>RETIFICAÇÃO – MP 664/2014</u> Na republicação parcial da Medida Provisória nº 664, de 30 de dezembro de 2014 , no DOU de 31 de dezembro de 2014, Seção 1, Edição Extra, onde se lê: "Art. 2º A Lei nº 10.876, de 2 junho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações...", leia-se: "Art. 3º A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 , passa a vigorar com as seguintes alterações..."
31/12/2014 (Ed. extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 664, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> (*)

	Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003. [<i>Pensão por morte, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.</i>] (*) Republicação parcial do art. 1º e do art. 2º, por terem saído com incorreção do original no DOU - Edição Extra de 30-12-2014, Seção 1.
30/12/2014 (Ed. extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 665, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 664, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH) <u>PORTARIA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2015</u> Altera a Portaria nº 682, de 6 de novembro de 2014, que institui a Comissão de Avaliação para a seleção e classificação dos organismos estrangeiros, com sede nos Estados Unidos da América, para atuar em matéria de adoção internacional no Brasil, nos termos do Edital de Chamada Pública nº 06/2014 - SDH/PR.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Estabelece condições para a aplicação dos ingredientes ativos Imidacloprido, Clotianidina, Tiametoxam e Fipronil na cultura do algodão em conformidade com a Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989 e a Instrução Normativa Conjunta MAPA/IBAMA nº 01, de 28 de dezembro de 2012.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.424, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Institui o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Defesa Cibernética, e dá outras providências. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 54, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Alterar e renumerar os itens 1.6 da Norma Específica da bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) e 2.6 da Norma Específica da Bolsa

de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT), acrescentar dispositivo ao item 11.6 da Norma Específica da bolsa de Produtividade Sênior (PQ-Sr), alterar e renumerar os itens 4.3.1 da Norma Específica da bolsa Pós-Doutorado Júnior (PDJ), 5.3 da Norma Específica da bolsa Pós-Doutorado Sênior (PDS) e 7.3 Pós-Doutorado Empresarial (PDI), alterar e acrescentar dispositivo ao subitem 12.3 da Norma Específica da bolsa de Atração de Jovens Talentos (BJT), alterar e renumerar o subitem 9.11.6 da Norma Específica da bolsa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR) da RN-016/2006 - Bolsas Individuais no País.
[...]

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

[...]

Alterar o subitem 4.4.2 da norma específica da Pós-Graduação - Bolsas de Mestrado e Doutorado no País, Anexo IV da RN-017/06 - Bolsas por Quota no País.

[...]

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

[...]

Alterar e renumerar o item 3 da norma específica da modalidade de bolsa de Pós-Doutorado (PDP) do Programa Nacional de Pós-Doutorado (RN-005/2008).

[...]

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

[...]

Alterar e renumerar o item 3 da Norma Específica da bolsa de Pós-Doutorado no Exterior (PDE), e o item 3 da Norma Específica da bolsa de Doutorado Pleno no Exterior (GDE), da RN-029/2012 - Bolsas no Exterior.

[...]

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 50, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

[...]

Regulamentar e estabelecer instrumentos de fomento adequados ao Programa Agentes Locais de Inovação (ALI), objeto do Acordo de Cooperação celebrado entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

[...]

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (SETEC)

→ **Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica (CGIT)**

→ → **Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação (CTPII)**

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2015

[...]

Art. 1º Tornar público que será limitada em até 10% a.a. (dez por cento ao ano) a parcela a ser equalizada dos encargos das operações de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, nos termos do [Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002](#), e da Portaria nº 208, de 19 de fevereiro de 2014, para os financiamentos contemplados com o referido benefício e aprovados no primeiro trimestre de 2015, assim como para os que, aprovados anteriormente, venham a ser contratados no referido trimestre.

Ministério da Cultura (MinC)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 133, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Aprova o Plano de Trabalho Anual do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) para o exercício de 2015. AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE) <u>PORTARIA Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Instituir o Programa de Apoio a Participação de Produtores Brasileiros de Audiovisual em Eventos de Mercado e Rodadas de Negócios Internacionais 2015, no montante de R\$ 685.000,00 (seiscentos e oitenta e cinco mil reais). [...] INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 117, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 Altera a Instrução Normativa nº 88, de 2 de março de 2010. [...] Art. 1º. A Instrução Normativa nº. 88, de 2 de março de 2010, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A: "Art. 3º-A. O número mínimo de dias da obrigatoriedade de que trata o art. 3º será ampliado sempre que houver exibição de um mesmo longa-metragem, de qualquer nacionalidade, em múltiplas salas do mesmo complexo, acima dos limites fixados pelo Decreto anual previsto pelo art. 55 da Medida Provisória nº. 2.228-1/01. [...]
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 24/MD, DE 8 DE JANEIRO DE 2015</u> Aprova a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (Sisped) no âmbito do Ministério da Defesa e dá outras providências.
Ministério da Educação (MEC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 8, DE 8 DE JANEIRO DE 2015</u> [...] Art.1º Ficam divulgados os resultados finais do Censo Escolar de 2014, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria. [...] <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2015</u> Regulamenta os processos seletivos do Programa Universidade para Todos - ProUni. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015</u> Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. ↪ Câmara de Educação Superior (CES) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2015</u>

	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Geologia, abrangendo os cursos de bacharelado em Geologia e em Engenharia Geológica e dá outras providências.
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.743, DE 8 DE JANEIRO DE 2015</u> Aprova o regulamento que disciplina as atividades de registro e de depósito centralizado de ativos financeiros e a constituição de gravames e de ônus sobre ativos financeiros depositados. <u>CIRCULAR Nº 3.742, DE 8 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a remessa de informações diárias referentes ao total de exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial, de que trata a Resolução nº 3.488, de 29 de agosto de 2007, e às parcelas relativas ao risco de mercado dos ativos ponderados pelo risco (RWA), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013. ↳ Diretoria de Fiscalização ↳ ↳ Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro <u>CARTA-CIRCULAR Nº 3.689 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a tabela "Origem do Documento" do Anexo 1 da Carta Circular nº 3.627, de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre os procedimentos para a remessa das informações diárias referentes ao total de exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial e à apuração das respectivas parcelas no cálculo dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e de Capital Adicional, de que tratam as Resoluções ns. 3.488, de 29 de agosto de 2007, e 4.193, de 1º de março de 2013, e a Circular nº 3.399, de 23 de julho de 2008. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) ↳ Secretaria Executiva <u>ATO Nº 1, DE 8 DE JANEIRO DE 2015</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.540, DE 5 DE JANEIRO DE 2015</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços.
Ministério da Integração Nacional (MI)	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO Nº 42, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Aprovar o Regulamento da Medalha e da comenda do Mérito amazônico, na forma do Anexo desta resolução. [...]

Ministério da Justiça (MJ)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 4, DE 7 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre os procedimentos de permanência definitiva e registro de estrangeiros, com base nas modalidades de reunião familiar, prole, casamento e união estável, de prorrogação de visto temporário, de transformação do visto oficial ou diplomático em permanente, de transformação do visto oficial ou diplomático em temporário, de transformação do visto temporário em permanente, e de transformação da residência temporária em permanente.
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Institui o Programa Nacional de Monitoramento de Resistência a Antimicrobianos em Recursos Pesqueiros, e dá outras providências.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 28, DE 8 DE JANEIRO DE 2015</u> Reformula o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS). <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 38, DE 8 DE JANEIRO DE 2015</u> Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional com a finalidade de propor medidas para a reestruturação e ampliação da transparência do processo de produção, importação, aquisição, distribuição, utilização, tributação, avaliação e incorporação tecnológica, regulação de preços, e aprimoramento da regulação clínica e de acesso dos dispositivos médicos (Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME) em território nacional. <u>PORTARIA Nº 11, DE 7 DE JANEIRO DE 2015</u> Redefine as diretrizes para implantação e habilitação de Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para o atendimento à mulher e ao recém-nascido no momento do parto e do nascimento, em conformidade com o Componente PARTO E NASCIMENTO da Rede Cegonha, e dispõe sobre os respectivos incentivos financeiros de investimento, custeio e custeio mensal. <u>PORTARIA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2015</u> Estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME 2014 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME 2012 AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Superintendência de Fiscalização, Controle e Monitoramento <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 42, DE 8 DE JANEIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 140763B (val.: 06/16) do medicamento DIPIRONA SÓDICA, 500 mg/mL, genérico, solução oral, fabricado por Mariol Industrial LTDA. (CNPJ: 04.656.253/0001-79) e do medicamento rotulado como

CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA, 4 mg/mL, genérico, solução oral, que possua o mesmo número de lote citado e fabricado por esta empresa.
[...]

RESOLUÇÃO-RE Nº 25, DE 6 DE JANEIRO DE 2015

[...]

Art. 1º Determinar a interdição cautelar do lote 03/2014 (val.: 03/2016) do produto CANELA MOÍDA PURA, marca: PACHÁ, embalagem de 30g, fabricado pela empresa Arcos Com. Imp. Ltda. (CPNJ: 04.467.255/0001-10), situada à Rod. Vereador Joaquim Costa, n. 425, B. Fazenda Barro Preto - Contagem/MG.

[...]

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.983, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

[...]

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 05145828 (Val: 05/2017) do produto CONDICIONADOR - QUERATINA HIDROLISADA, marca NEUTROX, fabricado pela empresa Flora Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. (CNPJ: 08505736/0003-95).

[...]

RESOLUÇÃO-RE Nº 10, DE 2 DE JANEIRO DE 2015

[..]

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos cosméticos listados na tabela abaixo, fabricados por empresas localizadas em local incerto.

[...]

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)

– Diretoria Colegiada (DC)

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.760, DE 7 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre a comercialização de planos ou produtos da operadora Multiclínica Serviços de Saúde Ltda.

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.759, DE 7 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre a determinação de alienação da carteira e suspensão da comercialização de planos ou produtos de operadoras

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.757, DE 5 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora PLAN MED LTDA.

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 368, DE 6 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre o direito de acesso à informação das beneficiárias aos percentuais de cirurgias cesáreas e de partos normais, por operadora, por estabelecimento de saúde e por médico e sobre a utilização do partograma, do cartão da gestante e da carta de informação à gestante no âmbito da saúde suplementar.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS)

PORTARIA Nº 2, DE 2 DE JANEIRO DE 2015

	Remaneja recurso do limite financeiro mensal, destinado ao custeio da Nefrologia no Estado de São Paulo - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.
Ministério das Cidades (MCidades)	CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>DELIBERAÇÃO Nº 140, DE 6 DE JANEIRO DE 2015</u> Altera o § 2º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 157, de 22 de abril de 2004, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 333, de 06 de novembro de 2009, de forma a prorrogar o prazo fixado para a substituição dos extintores de incêndio com carga de pó BC pelos extintores de incêndio com carga de pó ABC.
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.844, DE 5 DE JANEIRO DE 2015</u> Altera o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2014 e fixa novas Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo, em cumprimento a decisão judicial. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 645, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Modifica a estrutura organizacional da ANEEL e altera o Regimento Interno aprovado pela Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997.
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>DESPACHO DO MINSTRO</u> [...] DIVULGO as Centrais Sindicais que atenderam aos requisitos previstos no art. 2º da referida Lei, com os seus devidos índices de representatividade, para o período de 05 de janeiro de 2015 a 31 de março de 2015, às quais serão fornecidos os respectivos certificados de representatividade - CR. [...] <u>PORTARIA Nº 2.060, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Esta portaria institui os princípios, critérios, sistema de avaliação de conformidade e os mecanismos de gestão do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário - SCJS. [...]
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR

10/01/2015	<u>DECRETO Nº 61.042, DE 9 DE JANEIRO DE 2015</u> Altera dispositivos do Decreto nº 53.994, de 6 de fevereiro de 2009, que regulamenta a promoção de que trata a Lei Complementar nº 898, de 13 de julho de 2001, que institui no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária a classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, e dá providências correlatas
09/01/2015	<u>DECRETO Nº 61.040, DE 8 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação de unidades escolares na Secretaria de Educação e dá providências correlatas
08/01/2015	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 435, DE 2013</u> São Paulo, 7 de janeiro de 2015 A-nº 002/2015 [...] A propositura, de origem parlamentar, objetiva denominar “José Oliveira de Souza” o viaduto de retorno e acesso localizado no Km 132,400 da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, em Porto Feliz. [...] Publicação: DOE, Seção I, 08/01/2015, p. 1
07/01/2015	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.257, DE 6 DE JANEIRO DE 2015</u> Institui o Código Estadual de Proteção Contra Incêndios e Emergências e dá providências correlatas <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.256, DE 6 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre Estágio Probatório e institui Avaliação Periódica de Desempenho Individual para os ocupantes do cargo de Diretor de Escola e Gratificação de Gestão Educacional para os integrantes das classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá providências correlatas MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 23, DE 2014</u> [...] De minha iniciativa, a propositura dispõe sobre Estágio Probatório e institui Avaliação Periódica de Desempenho Individual para os ocupantes de cargo de Diretor de Escola e Gratificação de Gestão Educacional para os integrantes das classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá providências correlatas. [..] Publicação: DOE, Seção I, 07/01/2015, p. 3
01/01/2015	<u>DECRETO Nº 61.038, DE 1º DE JANEIRO DE 2015</u> Organiza a Casa Civil, do Gabinete do Governador, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 61.037, DE 1º DE JANEIRO DE 2015</u>

	Dispõe sobre responsabilidades orçamentária e financeira da Secretaria de Governo em relação aos Gabinetes do Governador e do Vice-Governador e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 61.036, DE 1º DE JANEIRO DE 2015</u> Organiza a Secretaria de Governo e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 61.035, DE 1º DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre as alterações de denominação, transferências e extinções que especifica e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP 003, DE 08-01-2015</u> Declara a criação de cargos de Agente de Segurança Penitenciária de Classe I e identifica as funções-atividade extintas nos termos da Lei Complementar 959/2004
Agricultura e Abastecimento (SAA)	AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA) <u>PORTARIA APTA-2, DE 6-1-2015</u> Estabelece normas para comercialização de produtos oriundos da programação técnico-científica, definidos como resíduos de pesquisa pelas unidades da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, no exercício de 2015, e define critérios para o estabelecimento de preços
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Conselho Deliberativo (CD) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 009, DE 9-1-2015</u> Dispõe sobre norma para a realização de Concurso Público para o preenchimento de emprego público permanente de Professor do Ensino Superior das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 2, DE 9-1-2015</u> Altera dispositivos da Resolução SE 2, de 14-01-2014, que dispõe sobre Atividades Curriculares Desportivas nas unidades escolares da rede pública estadual, e da Resolução SE 75, de 28-11-2013, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério <u>RESOLUÇÃO SE 1, DE 8-1-2015</u> Dispõe sobre cessação de pagamento da Gratificação de Atividade Pedagógica

Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 01, DE 05-01-2015</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SF - 104, DE 30-12-2014</u> Introduz alterações nos Anexos das Resoluções SF nos 54, 55 e 56, de 23-10-2008 e Resolução SF 62 de 11-11-2008 e suas alterações posteriores, que dispõem respectivamente, sobre o Prêmio de Produtividade – PP, “Pró-labore”, Participação nos Resultados - PR e Classificação dos cargos de Agente Fiscal de Rendas e das funções “Prólabore” nas unidades da Secretaria da Fazenda e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO SF- 103, DE 30-12- 2014</u> Altera a Resolução SF-53, de 30-07-2012, que dispõe sobre os procedimentos da Promoção por Merecimento dos ocupantes do cargo de Agente Fiscal de Rendas FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP-PREVCOM) <u>DELIBERAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA 01/2015</u> Normas Gerais para a Contratação de Aquisição de Bens e Serviços para a Atividade-fim da SP-PREVCOM - (“Normas para Contratação na Atividade-fim”) SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>COMUNICADO SPPREV</u> O Diretor Presidente em Exercício da São Paulo Previdência - SPPREV, nos termos do estabelecido no § 4º do artigo 1º da Lei Complementar 1.105, de 25-03-2010, comunica o índice de atualização dos benefícios previstos nesta Lei, a partir de Janeiro de 2015, devidamente proporcionalizado se a sua data de início for posterior a 01-01-2014, conforme a seguinte tabela: <table border="1"> <thead> <tr> <th>DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO</th><th>REAJUSTE (%)</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td>Até Janeiro de 2014</td><td>5,20</td></tr> <tr><td>Em Fevereiro de 2014</td><td>4,22</td></tr> <tr><td>Em Março de 2014</td><td>3,69</td></tr> <tr><td>Em Abril de 2014</td><td>2,92</td></tr> <tr><td>Em Maio de 2014</td><td>2,38</td></tr> <tr><td>Em Junho de 2014</td><td>2,12</td></tr> <tr><td>Em Julho de 2014</td><td>2,08</td></tr> <tr><td>Em Agosto de 2014</td><td>1,92</td></tr> <tr><td>Em Setembro de 2014</td><td>1,57</td></tr> <tr><td>Em Outubro de 2014</td><td>1,36</td></tr> <tr><td>Em Novembro de 2014</td><td>0,99</td></tr> <tr><td>Em Dezembro de 2014</td><td>0,30</td></tr> </tbody> </table>	DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)	Até Janeiro de 2014	5,20	Em Fevereiro de 2014	4,22	Em Março de 2014	3,69	Em Abril de 2014	2,92	Em Maio de 2014	2,38	Em Junho de 2014	2,12	Em Julho de 2014	2,08	Em Agosto de 2014	1,92	Em Setembro de 2014	1,57	Em Outubro de 2014	1,36	Em Novembro de 2014	0,99	Em Dezembro de 2014	0,30
DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)																										
Até Janeiro de 2014	5,20																										
Em Fevereiro de 2014	4,22																										
Em Março de 2014	3,69																										
Em Abril de 2014	2,92																										
Em Maio de 2014	2,38																										
Em Junho de 2014	2,12																										
Em Julho de 2014	2,08																										
Em Agosto de 2014	1,92																										
Em Setembro de 2014	1,57																										
Em Outubro de 2014	1,36																										
Em Novembro de 2014	0,99																										
Em Dezembro de 2014	0,30																										
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 545, DE 7-1-2015</u> Dispõe sobre a autorização da implantação da tarifa de contingência pela Sabesp, visando à redução do consumo de água em face da situação de grave escassez de recursos hídricos																										

Planejamento e Gestão (SPG) Antiga SPDR	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SPG 001, DE 9-1-2015</u> [...] Artigo 1º - Para os fins dos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária e sem prejuízo da subordinação e da organização que lhe são próprias, e até a edição de Decreto que dispõe sobre a organização da Secretaria de Planejamento e Gestão, as unidades transferidas para a Secretaria de Planejamento e Gestão pelo <u>Decreto 61.035, de 01-01-2015</u>, vinculam-se ao Gabinete do Secretário, sendo as respectivas competências exercidas pela Chefia de Gabinete. [...] DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-SP 021, DE 6-1-2015</u> Dispõe sobre os serviços de emplacamento, lacração e relação
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 1, DE 9-1-2015</u> Estabelece a transferência, mediante adesão, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente ao financiamento dos medicamentos que não foram entregues por meio do "Programa Dose Certa", no 1º, 2º e 3º trimestres de 2014, e dá outras providências. COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD) <u>PORTARIA CVE - 9, DE 22-12-2014</u> Dispõe sobre a adoção, em todo âmbito do Sistema de Saúde do Estado de São Paulo, de critério uniforme de identificação das semanas epidemiológicas do ano para efeito de registro, tabulação e apresentação de dados estatísticos quer técnicos, quer administrativos.
Segurança Pública (SSP)	SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA ↳ Instituto Médico Legal (IML) <u>PORTARIA DO DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO DE 7-1-2015</u> Estabelece diretrizes para a elaboração de um laudo necroscópico, com qualidade técnica e científica, no qual se possa estabelecer um nexo causal, ou não, com o delito em apuração, seguindo procedimento operacional padronizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) <u>PORTARIA DO DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO, DE 30-12-2014</u> Estabelece diretriz para o exame de lesões corporais conforme procedimento operacional padronizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) <u>PORTARIA DO DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO, DE 31-12-2014</u> O Diretor Técnico de Departamento do Instituto Médico Legal da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, resolve:

	Estabelece diretrizes para o exame de sexologia forense, segundo procedimento operacional padronizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).
Transportes Metropolitanos (STM)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM Nº 001, DE 6-1-2015</u> Repassa o reajuste da tarifa do transporte coletivo urbano do município de Mauá <u>RESOLUÇÃO STM 78, DE 30-12-2014 (REPUBLICADA)</u> Aprova o reajuste tarifário dos serviços operados pela Estrada de Ferro Campos do Jordão (Republicada por ter saído com incorreção) <u>RESOLUÇÃO STM 68, DE 29-12-2014 (REPUBLICADA)</u> Expede normas específicas em face do Decreto 60.595, de 02-07-2014 e da Resolução STM-35, de 02-07-2014 (Republicada por ter saído com incorreção)
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>PORTARIA UNESP-15, DE 8-1-2015</u> Dispõe sobre o percentual de servidores que poderão ser beneficiados com a Bolsa Complemento Educacional para o Exercício de 2015
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 8-1-2015</u> Dispõe sobre o Expediente nas Unidades da Defensoria Pública do Estado no Exercício de 2015 e dá outras providências
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
10/01/2015	<u>LEI Nº 15.661, DE 9 DE JANEIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 471, de 2012, do Deputado Carlos Cezar – PSB) Institui o programa Lições de Primeiros Socorros na educação básica da rede escolar em todo Estado e dá providências correlatas. <u>LEI Nº 15.660, DE 9 DE JANEIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 716, de 2011, do Deputado Ulysses Tassinari – PV) Dispõe sobre o serviço comunitário obrigatório para formandos em Medicina nas universidades públicas do Estado. <u>LEI Nº 15.659, DE 9 DE JANEIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 1247, de 2007, do Deputado Rui Falcão – PT) Regulamenta o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito. <u>LEI Nº 15.658, DE 9 DE JANEIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 897, de 2005, do Deputado João Caraméz – PSDB)

	Proíbe a comercialização de lentes oftálmicas e de contato, óculos com grau e óculos de sol por ambulantes ou em estabelecimentos que não sejam devidamente credenciados para tal finalidade. TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) <u>COMUNICADO SDG Nº 35/2014</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica o calendário para 2015 das providências a cargo das Prefeituras, Câmaras, Fundos, Institutos de Previdência, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes, necessárias ao atendimento das exigências da AUDESP. [...]
09/01/2015	TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) <u>COMUNICADO SDG Nº 02/2015</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA a todos os órgãos jurisdicionados que, em decorrência da correção anual pela variação da UFESP, e consoante previsto nas Instruções nºs 01 e 02/2008, bem como na Resolução nº 01/2012, Aditamentos nºs 01 e 02/2014 e Resolução nº 05/2014, os valores atualizados de remessa de ajustes a esta Corte, vigentes para o exercício de 2015, são os seguintes: I - no âmbito estadual, todos os contratos e atos jurídicos análogos, inclusive os relativos à concessão e permissão de serviços públicos, convênios firmados com órgãos públicos ou entidades não-governamentais, contratos de gestão e termos de parceria, de valor igual ou superior a R\$ 4.035.000,00; II - no âmbito municipal, todos os contratos e atos jurídicos análogos, inclusive os relativos à concessão e permissão de serviços públicos, de valor igual ou superior a R\$ 4.035.000,00 para obras e serviços de engenharia e R\$ 2.882.000,00 para compras e demais serviços, convênios firmados com entidades não-governamentais, contratos de gestão e termos de parceria. SDG, 05 de janeiro de 2015. SÉRGIO DE CASTRO JR. SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL SUBSTITUTO
07/01/2015	OFÍCIO <u>DECLARAÇÕES DE BENS A QUE SE REFERE O ARTIGO 46 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO - Fim de Mandato (2011/2014) e Início de Mandato (2015/2018) [...] MÁRCIO LUIZ FRANÇA GOMES - Início de Mandato (2015/2018) [...]
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
10/01/2015	<u>LEI Nº 16.116, DE 9 DE JANEIRO DE 2015</u> (PROJETO DE LEI Nº 95/13, DO VEREADOR ARI FRIEDENBACH – PROS) Cria o Conselho Municipal da Segurança Urbana.

	<u>LEI Nº 16.115, DE 9 DE JANEIRO DE 2015</u> (PROJETO DE LEI Nº 318/14, DO EXECUTIVO) Dispõe sobre a estrutura organizacional da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia, alterando sua denominação para Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura; cria o respectivo Quadro de Pessoal Permanente, instituindo o plano de carreiras e salários; concede aos servidores da entidade as vantagens pecuniárias que especifica e cria o Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes.
09/01/2015	<u>LEI Nº 16.114, DE 8 DE JANEIRO DE 2015</u> (PROJETO DE LEI Nº 29/13, DO VEREADOR GILSON BARRETO – PSDB) Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Passeio Ciclístico do Aricanduva, a ser realizado anualmente no mês de julho, e dá outras providências.
08/01/2015	<u>DECRETO Nº 55.831, DE 7 DE JANEIRO DE 2015</u> Revoga o artigo 3º do Decreto nº 53.751, de 26 de fevereiro de 2013. <u>DECRETO Nº 55.828, DE 7 DE JANEIRO DE 2015</u> Regulamenta o Programa de Parcelamento Incentivado de 2014 – PPI 2014, instituído pela Lei nº 16.097, de 29 de dezembro de 2014, e o artigo 1º da Lei nº 14.800, de 25 de junho de 2008.
07/01/2015	<u>DECRETO Nº 55.827, DE 6 DE JANEIRO DE 2015</u> Regulamenta a Lei nº 15.374, de 18 de maio de 2011, que dispõe sobre a proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas a consumidores em todos os estabelecimentos comerciais do Município de São Paulo.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107